

ASSEMBLEIA GERALATA DE 20 / 06 / 2022**Ata número sessenta e um**

Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e umas horas, reuniu extraordinariamente, a Assembleia Geral da Associação de Solidariedade Social de Alquerubim, na sede social sita no lugar de Fontes, na freguesia de Alquerubim, com a presença de Carlos Manuel Melo Mortágua, Francisco Manuel Pinto Cardoso e Maria da Piedade Cordeiro Gomes da Silva respetivamente presidente, primeiro e segundo secretário.

Como à hora marcada não estavam presentes mais de metade dos associados com direito a voto, ao abrigo do número um do artigo trigésimo primeiro, reuniu a Assembleia Geral, uma hora mais tarde, com os associados presentes. Aberta a sessão pelo presidente da Mesa, iniciaram-se os trabalhos, sendo lida em voz alta a convocatória da mesma nela constando três pontos da ordem de trabalhos:

1. Aperfeiçoamento dos estatutos de acordo com o ofício de 23 de dezembro de 2021, da Segurança Social.
2. Análise, discussão e votação do Relatório e Contas de Gerência do ano 2021, bem como do parecer do Conselho Fiscal.
3. Outros assuntos de interesse para a Associação

Relativamente ao primeiro ponto da ordem de trabalhos o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Direção., Sr. Dr. António Marques Melo, deu conhecimento do teor do ofício da Unidade de Desenvolvimento Social - Núcleo de Respostas Sociais - do Centro Distrital da Segurança Social de Aveiro nº 179822 de 23 de dezembro de 2021 que, para além de remeter a declaração do registo definitivo de alteração dos estatutos da instituição, também indicava a necessidade de proceder aos seguintes dois aperfeiçoamentos (extrato do ofício supra-citado):

No entanto, na próxima Assembleia Geral, devem proceder aos seguintes aperfeiçoamentos:

- O estabelecido no nº2 do Artigo 3º que consta como objetivo secundário (fornecimento de refeições escolares), é considerado uma atividade de natureza instrumental e que se encontra já prevista no nº2 alínea do Artigo 4º. Assim, deve a Instituição identificar apenas um campo se é uma atividade secundária ou instrumental;

- Art 9. Alínea c) – A remissão deste Artigo encontra-se incorreta. Onde se lê "...nos termos do nº 6 do Artigo 33º; deve ler-se "...nos termos do nº3 do Artigo 33º", uma vez que este Artigo é composto por apenas quatro pontos.

ASSEMBLEIA GERAL

ATA DE 20 / 06 / 2022

O Sr. Presidente da Direção referiu que os artigos alvos de alteração, no ofício supracitado têm a seguinte correspondência na nova redação:

Artigos aprovados a 20 agosto 2021	Proposta da nova redação dos artigos propostos a 20 junho 2022
<p style="text-align: center;">Artigo 3º. <i>(Objetivos da associação)</i></p> <p>1 – A associação tem como objetivos principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Apoio à infância e juventude; b) Apoio às pessoas idosas; c) Apoio à integração social e comunitária; <p>2- Secundariamente, a associação propõe-se desenvolver os seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Fornecimento de refeições escolares. 	<p style="text-align: center;">Artigo 3º. <i>(Objetivos da associação)</i></p> <p>1 – A associação tem como objetivos principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Apoio à infância e juventude; b) Apoio às pessoas idosas; c) Apoio à integração social e comunitária;
<p style="text-align: center;">Artigo 9º. <i>(Direitos dos associados)</i></p> <p>São direitos dos associados:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Participar nas reuniões da Assembleia Geral; b) Eleger e ser eleito para os órgãos sociais; c) Requerer a convocação da Assembleia Geral extraordinária nos termos do nº. 6 do artigo 33º.; d) Examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos, desde que o requeiram por escrito com a antecedência mínima de 10 dias e se verifique um interesse pessoal, direto e legítimo. 	<p style="text-align: center;">Artigo 9º. <i>(Direitos dos associados)</i></p> <p>São direitos dos associados:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Participar nas reuniões da Assembleia Geral; b) Eleger e ser eleito para os órgãos sociais; c) Requerer a convocação da Assembleia Geral extraordinária nos termos do nº. 3 do artigo 33º.; d) Examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos, desde que o requeiram por escrito com a antecedência mínima de 10 dias e se verifique um interesse pessoal, direto e legítimo.

Após esclarecimentos foi submetido a alteração estatutária proposta, sendo a mesma aprovada por unanimidade.

Relativamente ao ponto dois da ordem de trabalhos, foi concedida a palavra ao Tesoureiro da Direção, Sr. Eng. Luís Fernando Leal Duarte Oliveira, pela Mesa, esclarecendo os associados, ponto por ponto, referente à Conta de Gerência de dois mil e vinte, ficando os associados presentes esclarecidos, sobre a situação económica e financeira da Associação.

Após esclarecimento foi apresentado a ata do Conselho Fiscal que se transcreve as recomendações do Conselho Fiscal: «O Conselho Fiscal é de

ASSEMBLEIA GERALATA DE 20 / 06 / 2022

parecer que a Assembleia Geral aprove o Relatório e da Conta de Gerência relativos ao ano de 2021».

A Assembleia Geral aprovou, por unanimidade, as recomendações propostas pelo Conselho Fiscal e consequentemente o Relatório e da Conta de Gerência relativos ao ano de 2021.

Relativamente ao ponto três da ordem de trabalhos, ninguém da Assembleia Geral interveio.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas vinte e três horas, e lavrada a presente ata, que depois de lida em voz alta e aprovada, vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa da Assembleia Geral.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas vinte e três horas, e lavrada a presente ata, que depois de lida em voz alta e aprovada, vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa da Assembleia Geral.

O Presidente: Carlos Manuel de Azevedo

1º Secretário: [assinatura]

2º Secretário: Maria da Piedade Jordão Gomes da Silva

Montez

Associação de Solidariedade Social de Alquerubim
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 503489751
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2021	31 DEZ 2020
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	900.009,42	924.619,69
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6	5.072,50	5.072,50
Investimentos financeiros	17.1	4.368,57	2.675,85
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		909.450,49	932.368,04
Ativo corrente			
Inventários	9	1.635,63	4.878,13
Créditos a receber	17.3	5.958,57	16.553,12
Estado e outros entes públicos	17.10	23.625,73	15.272,25
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	17.5	5.303,09	7.353,27
Outros Ativos Correntes	17.4	1.843,25	2.784,76
Caixa e depósitos bancários	17.7	197.726,36	181.135,66
		236.092,63	227.977,19
Total do ativo		1.145.543,12	1.160.345,23
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.8	3.790,17	3.790,17
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas	17.8	30.000,00	30.000,00
Resultados transitados	17.8	447.304,88	365.894,79
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	17.8	457.395,75	473.096,04
		938.490,80	872.781,00
Resultado líquido do período		17.861,28	81.410,09
Total dos fundos patrimoniais		956.352,08	954.191,09
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	28.548,39	50.000,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		28.548,39	50.000,00
Passivo corrente			
Fornecedores	17.9	39.070,53	36.937,15
Estado e Outros Entes públicos	17.10	19.411,66	13.562,46
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	0,00	0,00
Diferimentos	17.5	0,00	1.835,11
Outros Passivos Correntes	17.11	102.160,46	103.819,42
		160.642,65	156.154,14
Total do passivo		189.191,04	206.154,14
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.145.543,12	1.160.345,23

A Direcção

O responsável

[Handwritten signature]
CC 10582

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Associação de Solidariedade Social de Alquerubim
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 503489751

Pág.: 1

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas + Prestação de Serviços	17.3	305.969,39	322.228,34
Subsídios, doações e legados à exploração	17.13	642.552,35	621.131,00
Subsídios das Entidades Públicas	12	639.526,28	616.604,05
ISS, IP - Centro Distrital		593.233,74	574.714,37
ISS, IP Apoio Excepcional e Extraordinário		13.028,99	0,00
Outras Entidades Públicas		33.263,55	41.889,68
Subsídios de Outras Entidades		0,00	0,00
Doações e heranças		3.026,07	4.526,95
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	132.211,91	131.943,44
Fornecimentos e serviços externos	17.14	106.198,99	100.492,65
Gastos com o Pessoal	15	659.778,20	614.535,70
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-1.574,07	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões Específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras Imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	17.15	30.130,40	29.757,51
Correções relativas a anos anteriores	17.15	0,00	0,00
Correções positivas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Imputação de subsídios para investimentos		24.480,97	21.074,83
Outros rendimentos		5.649,43	8.682,68
Outros gastos	17.16	10.839,34	1.794,61
Correções Relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções negativas de Participações do ISS, IP		0,00	0,00
Correções relativas a períodos anteriores		0,00	0,00
Outros gastos		10.839,34	1.794,61
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		71.197,77	124.350,45
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5/6	52.716,31	47.072,45
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		18.481,46	77.278,00
Juros e rendimentos similares obtidos	17.17	31,71	175,67
Juros e gastos similares suportados		651,89	17,84

Associação de Solidariedade Social de Alquerubim
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Montenegro

Contribuinte: 503489751

Pág.: 2

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Resultados antes de impostos		17.861,28	77.435,83
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		17.861,28	77.435,83

Fabrizio
 cc nº 10582

José Manuel de Almeida
Stefano
Carlos Manuel Moreira Branco
[Signature]

Associação de Solidariedade Social de Alquerubim
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Albuquerque

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		323 030,42	311 667,60
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		277 705,49	280 874,73
Pagamentos ao pessoal		460 895,43	427 661,14
Caixa gerada pelas operações		-415 570,50	-396 868,27
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		439 852,71	429 623,12
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		24 282,21	32 754,85
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	49 962,38
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		3 250,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		8 780,68	16 500,00
Juros e rendimentos similares		31,71	175,67
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		12 062,39	-33 286,71
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	50 000,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		1 940,65	1 600,00
Outras operações de financiamentos		0,00	3 974,26
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		20 483,87	0,00
Juros e gastos similares		1 210,68	17,36
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-19 753,90	55 556,90
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		16 590,70	55 025,04
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		181 135,66	126 110,62
Caixa e seus equivalentes no fim do período		197 726,36	181 135,66

A Direcção

O Responsável

Carlos Manuel Moreira Branco
 Carlos Manuel Moreira Branco

cc. 10.5.82

Associação de Solidariedade Social de Alquerubim

Anexo

30 de março de 2022

Assinatura
Assinatura

Assinatura
Anexo ESNL 30 de Março de 2022

Assinatura

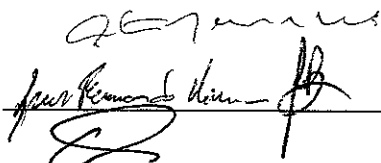
Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	9
5	Ativos Fixos Tangíveis	9
6	Ativos Intangíveis	10
7	Locações	11
8	Custos de Empréstimos Obtidos	11
9	Inventários	12
10	Rédito	12
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	12
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	13
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	13
14	Imposto sobre o Rendimento	13
15	Benefícios dos empregados	13
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	13
17	Outras Informações	14
17.1	Investimentos Financeiros	14
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	14
17.3	Clientes e Utentes	14
17.4	Outras Ativos Correntes	14
17.5	Diferimentos	14
17.6	Outros Ativos Financeiros	15
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	15
17.8	Fundos Patrimoniais	15
17.9	Fornecedores	15
17.10	Estado e Outros Entes Públicos	15
17.11	Outros Passivos Correntes	16
17.12	Outros Passivos Financeiros	16
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	16
17.14	Fornecimentos e serviços externos	16

Alquerubim
para Ricardo da Silva

Alquerubim

17.15 Outros rendimentos.....	17
17.16 Outros gastos.....	17
17.17 Resultados Financeiros	17
17.18 Acontecimentos após data de Balanço	17



1 Identificação da Entidade

A “Associação de Solidariedade Social de Alquerubim” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” com estatutos publicados no Diário da República n.º 57 de 08-03-1995, Série II, com sede na Quinta de Alque - Fontes 3850-365 Alquerubim. Para que possa prosseguir os objetivos de Apoio Social à família nomeadamente a crianças, jovens e idosos, bem como a promoção social e comunitária à população desenvolve as seguintes valências: Creche, Jardim de Infância, Atividades de Tempos Livres, Centro de Convívio, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, Estrutura residencial de Idosos e Intervenção Comunitária.

O seu âmbito de ação abrange a freguesia de Alquerubim e seus limítrofes.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada sob o aviso nº8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do SNC aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI)

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes

António Marques
Presidente do Conselho de Administração

António Marques

recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

At 1 em 11 de
João Fernando da Silva

António

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Intangíveis

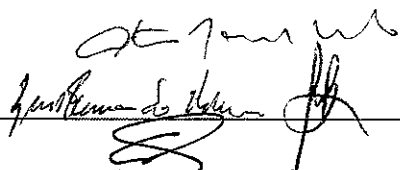
Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita é assumido como sendo zero.



3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador, ou no documento recebido.

As despesas subsequentes que a Instituição tem com a manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais. As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	1 a 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	1 a 6
Outros Ativos fixos tangíveis	1 a 8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.3 Bens do património histórico e cultural

A instituição não possui “Bens do património histórico e cultural”

3.2.4 Propriedades de Investimento

A instituição não possui “Propriedades de Investimento”

3.2.5 Inventários

Os “inventários” estão registados ao custo de aquisição. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os seus inventários no seu local e na sua condição atual.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido. As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Outros ativos e passivos financeiros

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos à ordem e Depósitos a prazo.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

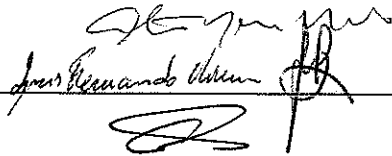
3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.



3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor.

De referir que nesta instituição a venda de energia à EDP produzida pelo sistema de microprodução, bem como o fornecimento de refeições às escolas deduzida dos custos inerentes às atividades, (CMVMC, FSE's, Gastos com pessoal, amortizações e outros), é tributada à taxa de 21,0% (rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,0%), sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

A restituição do IVA às IPSS têm sido por norma ripristinadas ao longo dos anos, através das respetivas leis do Orçamento do Estado. A ASSA solicitou a restituição de 50% do IVA da aquisição de bens e serviços de alimentação e bebidas no âmbito das atividades sociais desenvolvidas, bem como dos bens do ativo tangível.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2020					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	1 617 701,82	48 668,86				1 666 370,68
Equipamento básico	274 022,39	1 569,81				275 592,20
Equipamento de transporte	205 473,17	0,00				205 473,17
Equipamento administrativo	99 791,32	197,60				99 988,92
Outros Ativos fixos tangíveis	25 734,27	1 049,69				26 783,96
Total	2 222 722,97	51 485,96	0,00	0,00	0,00	2 274 208,93
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	734 755,03	30 257,29				765 012,32
Equipamento básico	258 558,98	5 913,26				264 472,24
Equipamento de transporte	187 908,77	8 782,20				196 690,97
Equipamento administrativo	97 640,90	943,79				98 584,69
Outros Ativos fixos tangíveis	23 653,11	1 175,91				24 829,02
Total	1 302 516,79	47 072,45	0,00	0,00	0,00	1 349 589,24

Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	1 666 370,68					1 666 370,68
Equipamento básico	275 592,20	10 195,57				285 787,77
Equipamento de transporte	205 473,17	17 910,47	28 546,55			194 837,09
Equipamento administrativo	99 988,92					99 988,92
Outros Ativos fixos tangíveis	26 783,96					26 783,96
Total	2 274 208,93	28 106,04	28 546,55	0,00	0,00	2 273 768,42
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	765 012,32	34 494,21				799 506,53
Equipamento básico	264 472,24	5 148,82				269 621,06
Equipamento de transporte	196 690,97	12 364,29	28 546,55			180 508,71
Equipamento administrativo	98 584,69	582,77				99 167,46
Outros Ativos fixos tangíveis	24 829,02	126,22				24 955,24
Total	1 349 589,24	52 716,31	28 546,55	0,00	0,00	1 373 759,00

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2020					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	33.992,23					33.992,23
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	33.992,23		0,00	0,00	0,00	33.992,23
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	28.919,73					28.919,73
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	28.919,73		0,00	0,00	0,00	28.919,73

Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	33.992,23					33.992,23
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	33.992,23	0,00	0,00	0,00	0,00	33.992,23
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	28.919,73					28.919,73
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	28.919,73	0,00	0,00	0,00	0,00	28.919,73

7 Locações

Não Aplicável

8 Financiamentos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2021			2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	28.548,39	28.548,39	0,00	50.000,00	50.000,00
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	28.548,39	28.548,39	0,00	50.000,00	50.000,00

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2020				2021		
	Inventário inicial	Compras	Reclassif. e Regulariz	Inventário final	Compras	Reclassif. e Regulariz.	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e. de consumo	1.826,05	135.684,99	689,47	4.878,13	128.969,19		1.635,63
Produtos acabados e intermédios	0,00			0,00			0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00			0,00			0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00			0,00			0,00
Total	1.8216,05			4.878,13			1.635,63
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				131.943,44			132.211,69
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Mensalidades de utilizadores	279.695,14	299.675,59
Quotas e joias	1.197,00	1.067,75
Fornecimento de refeições	25.418,00	21.485,00
Rendimentos suplementares	1.426,15	669,28
Outros rendimentos	57.250,80	29.088,23
Juros	31,71	175,67
Total	365.018,80	352.161,52

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2021 e 2020, não ocorreram variações relativas a provisões.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Entidade possuía os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2021	2020
Subsídios das Entidades Públicas	639.526,28	620.914,14
ISS, IP – Centro Distrital	593.233,74	566.450,06
ISS, IP – Apoios Excepcionais e Extraordinários	13.028,99	12.238,57
Apoio Excepcional à Família e Mensalidades	3.781,59	8.264,31
Prestações da Ação Social	85,01	
Layoff	8.402,39	-
Programa Adaptar	760,00	3.974,26
Outras Entidades Públicas	33.263,55	42.225,51
Total	639.526,28	620.914,14

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não Aplicável

14 Imposto sobre o Rendimento

Não se verificou imposto sobre o rendimento

15 Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos não usufruem qualquer remuneração. O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foi de "XX".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	525.642,89	493.234,80
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	299,30	2.285,80
Encargos sobre as Remunerações	115.527,77	108.820,92
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	11.848,24	10.194,18
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	6.460,00	
Total	659.778,20	614.535,70

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a ASSA detinha os seguintes "Investimentos Financeiros", correspondentes ao Fundo de Compensação do Trabalho:

Descrição	2021	2020
Outros investimentos financeiros	4.368,57	2.675,85
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	4.368,57	2 675,82

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, não apresentava os saldos.

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	2.344,38
Utentes	5.958,57	14.208,74
Total	5.958,57	16.553,12

17.4 Outros Ativos Correntes


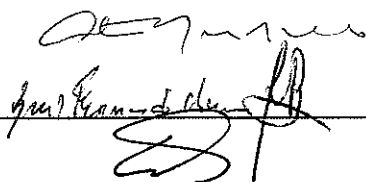
A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Remunerações a pagar ao pessoal	814,36	921,15
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Outros Devedores	488,73	1865,35
Perdas por Imparidade		-1,74
Total	1.303,09	2.784,76

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a Reconhecer		
Seguros	5.104,39	5.169,59
Plano de Assistência F3M		1.833,93
Aluguer Grenke	198,70	349,75
Total	5.303,09	7.353,27
Rendimentos a Reconhecer		
Estágio IEFP	0,00	1 835,11
Total	0,00	1 835,11



Anexo ESNE em 30 de Março de 2022



17.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade não detinha, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, investimentos em outras entidades.

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	16.520,15	18.984,66
Depósitos à ordem	82.684,87	53.651,00
Depósitos a prazo	98.521,34	108.500,00
Outros		
Total	197.726,36	181.135,66

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	3.790,17	0,00	0,00	3.790,17
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
Resultados transitados	365.894,79	81.410,09	0,00	447.304,88
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	473.096,04	0,00	-15.700,29	457.395,75
Total	872.781,00	81.410,09	-15.700,29	938.490,80

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	39.070,35	36.937,15
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	39.070,35	36.937,15

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	23.625,73	15.272,25
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	23.625,73	15.272,25
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)		

de 1m - lub
Amador

Antunes

Anexo ESNL em 30 de Março de 2022

Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.026,18	2.273,76
Retenção de imposto sobre rendimentos	2.236,24	1.163,91
Segurança Social	14.944,82	10.040,07
Outros impostos e Taxas	204,42	84,72
Total	19.411,66	13.562,46

17.11 Outros Passivos correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		10.616,69		12.740,57
Credores por acréscimo de gastos		91.000,08		90.404,16
Outros credores		543,69		674,69
Total	0,00	102.160,46	0,00	103.819,42

17.12 Outros Passivos Financeiros

A instituição não possui "Outros passivos financeiros" em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídio e doações:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e outros entes públicos	639.526,28	620.578,31
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	3.026,07	4.526,95
Legados	0,00	0,00
Total	642.552,35	625.105,26

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	9.541,64	5.615,10
Serviços especializados	30.336,97	37.087,25
Materiais	8.272,75	7.377,54
Energia e fluidos	50.021,79	42.122,89
Deslocações, estadas e transportes		
Serviços diversos	8.025,84	8.289,87
Total	106.198,99	100.492,65

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	1.426,15	669,28
Descontos de pronto pagamento obtidos	490,29	872,10
Correções favoráveis a exercícios anteriores	482,99	6.527,23
Rendimentos em investimentos não financeiros	3.250,00	614,070
Imputação de subsídios para Investimento	24.480,97	21074,83
Total	30.130,40	29.757,51

17.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Outros Gastos	10.839,34	1.794,61
Total	10.839,34	1.794,61

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	651,89	17,84
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	651,89	17,84
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	31,71	175,67
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	31,71	175,67
Resultados Financeiros	-620,18	157,83

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Fontes - Alquerubim, 30 de Março de 2022

O Contabilista Certificado

A Direcção